



**Por uma alimentação suficiente,  
segura e nutritiva para todos**

**Política de Segurança  
Alimentar**



**iCCO**  
Partner to  
enterprising people



**KERK IN  
ACTIE**

# Índice

- 1 Introdução
- 2 O que é segurança alimentar
- 3 Análise global
- 4 Engajamento atual
- 5 Política de Segurança Alimentar
  - 5.1 Missão da Segurança Alimentar
  - 5.2 Objetivos de segurança alimentar para 2007-2010
  - 5.3 Realizando os objetivos da segurança alimentar
    - 5.3.1 Garantir a segurança alimentar dos grupos mais vulneráveis
    - 5.3.2 A voz dos grupos vulneráveis é ouvida na formulação de políticas
    - 5.3.3 Promovem o direito de todos à alimentação Governos
- 6 Programas e recursos
- 7 Monitoramento da execução

A ICCO, que opera em 50 países com suas organizações parceiras, é a organização intereclesial para desenvolvimento e cooperação e uma das cinco maiores agências de co-financiamento da Holanda. A ICCO opera tanto na Holanda quanto no exterior.

Em janeiro de 2007, os departamentos internacionais da ICCO & Kerk in Actie foram fundidos e passaram a compartilhar seus respectivos parceiros e programas. ICCO & Kerk in Actie prestam apoio financeiro e assessoria a organizações locais e redes do mundo inteiro que se dedicam a promover o acesso aos serviços sociais básicos, por meio de um desenvolvimento econômico justo e sustentável e pela promoção da democracia e construção da paz.

Além disto, ICCO & Kerk in Actie estabelecem contatos entre pessoas e grupos da Holanda e dos países em desenvolvimento. Trabalhamos em estreita colaboração com organizações sociais, inclusive com as que operam nas áreas de desenvolvimento e educação,

assim como com a comunidade empresarial. ICCO & Kerk in Actie ajudam pessoas e grupos da América Latina, Ásia, África e Europa Oriental a construir uma vida mais digna e sua independência econômica.

## Colophon

<b>Publicação:</b>	Departamento de Acesso aos Serviços Básicos da ICCO & Kerk in Actie.
<b>Texto:</b>	Stineke Oenema e Peter Goedhart
<b>Tradução e revisão:</b>	João Bosco Feres, Henk Gilhuis
<b>Edição:</b>	Vassilis Zambaras
<b>Produção:</b>	Departamento de Comunicação e Lobby da ICCO.
<b>Projeto gráfico:</b>	Zwerver Grafische Vormgeving, Zeist

© ICCO & Kerk in Actie, 2008

# 1 Introdução

A segurança alimentar ocupa um lugar central na luta mundial contra a pobreza – em situações em que a população faminta não dispõe de energia para garantir-se uma situação de sobrevivência e as camadas mais pobres não dispõem de recursos para adquirir ou produzir alimentos. As mulheres enfrentam uma dificuldade dupla. Elas têm necessidades alimentares específicas porque geram e criam seus filhos e, ao mesmo tempo, constituem em proporção mais ampla, o grupo mais numeroso de pessoas que vivem em pobreza extrema e cujos domicílios, freqüentemente, têm menos acesso a uma alimentação adequada – o que torna seus filhos especialmente vulneráveis.

Além do aspecto individual da fome, a insegurança alimentar apresenta também aspectos locais, nacionais e internacionais. Comércio, degradação ambiental, fragilidade política ou guerras são fatores que condicionam o acesso das pessoas à alimentação.

A fim de promover o direito de todos à alimentação, ICCO & Kerk in Actie vêm apoiando, há vários anos, programas de segurança alimentar. Baseadas nessas experiências, ICCO & Kerk in Actie formularam sua política de segurança alimentar para o período 2007-2010. Essa política é parte integrante do plano operacional para 2007-2010 da Aliança-ICCO, a plataforma de colaboração das organizações holandesas para a cooperação Edukans, Kerk in Actie, Oikocredit, Prisma, Share People e ICCO. No plano operacional para 2007-2010, o acesso aos serviços básicos, o desenvolvimento econômico justo e sustentável e a construção da democracia e da paz são áreas explicitamente mencionadas como os três principais temas de engajamento. Segurança alimentar aparece como subtema do acesso aos serviços básicos, que inclui ainda educação, água, saneamento e combate ao HIV/Aids.

## 2 O que é segurança alimentar

### Segurança alimentar

A segurança alimentar ocorre quando todas as pessoas têm, sempre, acesso físico, econômico e social a uma alimentação suficiente, garantida e nutritiva para satisfazer sua dieta necessária e suas preferências alimentares em função de uma vida ativa e saudável.

### Insegurança alimentar

A insegurança alimentar ocorre quando as pessoas estão subnutridas em decorrência da falta física de alimentos, da incapacidade social e econômica dessas pessoas de terem acesso a uma alimentação adequada e/ou em decorrência do uso inadequado de alimentos.

### Segurança alimentar doméstica

Segurança alimentar doméstica é a aplicação do conceito de segurança alimentar ao nível familiar, tendo os indivíduos de cada domicílio como objetivos visados. A realização da segurança alimentar doméstica tem três pedras angulares: a disponibilidade de alimentos suficientes, o acesso adequado a alimentos e o uso adequado dos alimentos. O papel específico das mulheres é importante em cada um desses três aspectos.

#### *Disponibilidade de alimentos suficientes*

A presença de alimentos suficientes para os domicílios deve ser obtida pela produção local ou pela importação

de alimentos. Na maioria dos países em desenvolvimento as mulheres têm um papel crucial na produção agrícola.

#### *Acesso adequado a alimentos*

Todos os domicílios e todos os indivíduos em cada domicílio devem estar em condições de obter alimentos suficientes e adequados para satisfazer suas necessidades alimentares. Isto pode ser feito por meio da produção própria de alimentos e/ou da geração de renda suficiente para a compra de alimentos. Mulheres e meninas, geralmente, têm menos acesso a alimentos, em consequência da falta de acesso ao dinheiro ou em decorrência de costumes e crenças sociais ou culturais ou de uma combinação dos dois.

#### *Uso adequado de alimentos*

Somente um corpo humano saudável tem capacidade de usar eficientemente a alimentação consumida e de transformá-la em energia e nutrientes a serem armazenados ou usados em suas atividades diárias. A utilização de alimentos reduz a segurança alimentar ao nível individual e realça a importância da atenção especial dada às necessidades dos grupos mais vulneráveis, como as crianças e mulheres. Além de seu papel na distribuição de alimentos e no cuidado das crianças, as mulheres têm ainda necessidades alimentares específicas, especialmente durante os períodos de gravidez e de amamentação.

## 3 Análise global

Mais de 850 milhões de pessoas vivem em situação de insegurança alimentar. A maior parte delas vive no meio rural e depende diretamente da agricultura para sua subsistência.

A comunidade internacional deu muita atenção à questão da segurança alimentar nas últimas décadas. O direito à alimentação já tinha sido incluído muito cedo, em 1948, na declaração universal dos direitos humanos; a primeira Conferência de Cúpula sobre Alimentação realizou-se em 1974, e, em 1995, o direito à alimentação foi reconhecido como direito humano pela legislação internacional e incluído no Acordo Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, implicando, portanto, o direito de cada ser humano ao acesso aos meios de produção ou de aquisição de alimentos em quantidade e qualidade suficientes, livre de substâncias nocivas e culturalmente aceitável. A comunidade internacional aceitou, em 2000, como um dos Objetivos do Milênio, reduzir pela metade, em 2015, o número de pessoas que passam fome no mundo.

A tendência histórica de queda contínua dos preços de alimentos foi vencida em 2001 e foi seguida por um aumento de preços que se tornaram particularmente elevados a partir de 2006. Esta situação provocou a volta de um grande número de pessoas à pobreza e à insegurança alimentar. Esta alta marcante dos preços é resultado da combinação de fatores: o crescimento da demanda nas economias emergentes, como a China e Índia, a concorrência crescente no uso de produtos agrícolas destinados ao consumo humano, como ração animal e combustível vegetal, carência de alimentos devido a colheitas insuficientes nos principais países produtores e a especulação com alimentos. Os países

pobres dependentes da importação de alimentos são prejudicados de maneira especial por esta situação. Atualmente a comunidade internacional duvida se a segunda submeta dos Objetivos do Milênio – a redução da fome – poderá ser realizada.

Enquanto milhões de pessoas não dispõem de alimentos suficientes, os efeitos negativos do consumo exagerado de alimentos tornam-se um enorme problema de saúde para muitas outras. Além do mais, a fome não é simplesmente um problema de distribuição. É, principalmente, consequência das desigualdades e desequilíbrios ao nível nacional e internacional, como a pouca atenção ao desenvolvimento da agricultura nas áreas de baixo potencial, a distribuição injusta de terra e de outros recursos, a preferência exagerada pela agricultura de exportação em lugar da agricultura de subsistência, os mercados de alimentos ineficientes, os acordos de comércio internacional injustos e a distorção dos mercados nacionais pelos subsídios para a agricultura de exportação ou pelos ‘despejos’ de alimentos através da ajuda alimentar internacional. Desastres naturais, atualmente agravados pela mudança climática e por outras calamidades provocadas pelos homens, como guerras, também contribuem para a insegurança alimentar. As migrações e quebras da produção agrícola e da distribuição de alimentos levam milhões de pessoas a uma situação de carência alimentar e de fome. Medidas drásticas de políticas nacionais e internacionais, e a implantação de uma ampla gama de programas concretos são necessárias para combater a subjacente distribuição injusta de riquezas e recursos que provoca a insegurança alimentar no mundo.

## 4 Engajamento atual

O engajamento da ICCO & Kerk in Actie na área da segurança alimentar tem uma história de mais de 40 anos. O princípio condutor desse engajamento da ICCO & Kerk in Actie na área da segurança alimentar é a abordagem a partir dos direitos. Esta abordagem identifica os grupos mais vulneráveis, estimula a participação popular e promove a boa governação – no sentido do empoderamento das comunidades locais em vista de sua participação na tomada de decisões e na exigência para que o estado assuma suas responsabilidades e obrigações.

Os programas de segurança alimentar apoiados pela ICCO & Kerk in Actie são executados por organizações não-governamentais locais. A maioria dos programas de segurança alimentar obedece a uma abordagem integrada e tem como foco a situação doméstica. Nesses programas, não somente é dada atenção aos diversos aspectos

da segurança alimentar, como o direito à alimentação e à soberania alimentar, mas também aos fatores subjacentes como o desenvolvimento da agricultura, o acesso a terra, o controle dos meios de produção, o gênero e o fortalecimento da sociedade civil. Quando necessário, em situações de emergência, faz-se também distribuição de alimentos.

Já que a insegurança alimentar apresenta aspectos internacionais claros, ICCO & Kerk in Actie estão também envolvidas em atividades internacionais de ‘lobby’ e de advocacia. Um exemplo disto é o ‘lobby’ conjunto com organizações parceiras do Sul contra a exportação européia de frangos congelados para a África. Essas exportações perturbam os mercados africanos locais e eliminam o potencial econômico dos produtores locais. ICCO & Kerk in Actie operam também em colaboração com redes como a

Aprodev e com centros de pesquisas como a Universidade Rural de Wageningen e seu Centro de Pesquisas. No período 2003-2006, os programas de segurança alimentar eram financiados em 60.000.000 de euros. A política de segurança alimentar para 2007-2010 está

baseada nas experiências realizadas anteriormente, mas envolve também aspectos novos como o apoio a programas em lugar de projetos, a conexão dos programas com outros atores sociais e a atenção crescente para a utilização adequada de alimentos ao nível doméstico.

## 5 Política de Segurança Alimentar

### 5.1 Missão da Segurança Alimentar

Apoiar populações que sofrem de insegurança alimentar para que possam reivindicar e conseguir realizar seu direito à alimentação.

### 5.2 Objetivos de segurança alimentar para 2007-2010

No plano operacional 2007-2010 os seguintes objetivos de segurança alimentar são apresentados:

1. Garantir segurança alimentar aos grupos mais vulneráveis.
2. A voz dos grupos vulneráveis é ouvida na elaboração de políticas.
3. Os governos assumem suas responsabilidades na realização do direito de todos à alimentação.

### 5.3 Realizando os objetivos da segurança alimentar

Três estratégias são usadas para realizar os objetivos (gerais) do plano operacional 2007-2010: redução da pobreza, fortalecimento da sociedade civil, 'lobby' e advocacia. Essas estratégias são implementadas por meio de intervenções como o apoio financeiro a organizações parceiras, financiamentos estratégicos (programas com participantes diversificados), intermediação, desenvolvimento de capacidade e fortalecimento do apoio público e privado no Norte. Estas estratégias e intervenções gerais são usadas também para a realização dos três objetivos da segurança alimentar.

#### 5.3.1 Garantir a segurança alimentar dos grupos mais vulneráveis

##### Disponibilidade de alimentação para os domicílios

Melhorar a disponibilidade direta de alimentos para os domicílios, por meio do apoio a programas que visam realizar a expansão ecológica e sustentável da agricultura. O resultado é o aumento da renda e a redução dos riscos de fracasso. Já que a mudança climática constitui uma ameaça direta para a segurança alimentar, medidas inovadoras deverão ser tomadas para a adaptação às mudanças e constituem uma parte importante dos programas agrícolas. Dependendo do contexto local, esses programas consistem em atividades de gerenciamento do solo e da água, do uso adequado de insumos agrícolas, melhoramento das técnicas agrícolas, diversificação de culturas, intensificação da agricultura, me-

lhores condições de armazenamento e garantia de mercado para a produção excedente. A diversificação de culturas pode incluir também culturas de exportação. A questão de gênero é importante, já que 80% da produção agrícola nos países em desenvolvimento é feita por mulheres. Domicílios chefiados por mulheres requerem atenção mais específica quando incluídos entre os grupos mais vulneráveis.

##### Acesso adequado à alimentação para os domicílios

O acesso adequado aos alimentos disponíveis no mercado (local) pode ser realizado por meio de intervenções que estimulam a diferenciação das fontes de renda. Isto garante uma renda maior e mais segura e estimula a capacidade de compra de alimentos pelos domicílios. Igualmente importante é promover o acesso ao mercado para a venda da produção própria e para melhorar a capacidade de negociação dos produtores no mercado. Todos estes elementos podem ser conectados a e fortalecidos por programas de desenvolvimento sustentável e justo, um dos temas centrais do plano operacional 2007-2010. O acesso adequado à alimentação ao nível doméstico não resulta automaticamente em acesso equitativo para todos os membros do domicílio – mulheres e meninas, em geral, têm menos acesso à alimentação que os homens e meninos. Visar a distribuição equitativa de alimentos nos domicílios – por meio do fortalecimento da posição das mulheres e meninas – é um elemento essencial de qualquer programa de segurança alimentar

##### Uso adequado dos alimentos

O uso adequado dos alimentos é uma exigência para a realização da segurança alimentar para os membros individuais dos domicílios e se liga diretamente à segurança nutricional. Aqui, mais uma vez, deve ser dada atenção especial às mulheres e crianças já que eles têm necessidades alimentares especiais.

A realização do uso adequado dos alimentos está diretamente ligada a praticamente quase todos os temas da área Acesso aos Serviços Básicos. Um exemplo disto é a assistência sanitária: uma pessoa doente não é capaz de utilizar eficientemente os alimentos e também porque uma dieta bem equilibrada ajuda a evitar doenças. Medidas complementares na área de água potável limpa e saneamento são

também essenciais. A educação (especialmente para mulheres e meninas) está fortemente associada a uma situação melhorada da alimentação para seus filhos. Pessoas afetadas pelo HIV/Aids requerem atenção especial, pois na medida em que são alimentadas adequadamente, a doença se torna menos agressiva e o efeito dos remédios é reforçado.

#### **Ajuda alimentar e vulnerabilidade a catástrofes**

A maioria das pessoas em situações de emergência cai ou tende a cair em situação de insegurança alimentar. Mas em geral, a situação de emergência apenas revela as condições de vida já existentes e apenas agrava a situação das pessoas atingidas. Por isto, na maioria dos programas de segurança alimentar, é dada atenção especial à prevenção para casos de desastres e à criação de sistemas de alarme prévio. Quando, em situações agudas de emergência, a análise indicar que a distribuição de alimentos é a resposta mais adequada, ICCO & Kerk in Actie garantem esse tipo de ajuda. 'Act International', da qual a ICCO & Kerk in Actie são membros, é um parceiro importante nesses casos. Embora os programas de ajuda alimentar não atendam às necessidades de curto prazo, eles podem contribuir para a restauração da segurança alimentar no longo prazo. A transição da ajuda alimentar para programas estruturais de segurança alimentar é, portanto, um elemento crucial do apoio prestado pela ICCO & Kerk in Actie em situações de emergência. Nos programas de ajuda alimentar as pessoas recebem os meios que lhes permitem restabelecer, o mais rápido possível, a normalidade. Isto evita que elas se tornem dependentes da ajuda alimentar. A necessidade de ajuda alimentar pode ainda ser limitada por meio de programas de apoio que visam o gerenciamento de riscos de catástrofes. Estes programas incluem atividades como um sistema de alarme prévio – inclusive um mapeamento dos riscos, fortalecimento da capacidade das comunidades locais na redução de sua própria vulnerabilidade e a prevenção de conflitos.

#### **5.3.2 A voz dos grupos vulneráveis é ouvida na formulação de políticas**

Embora a formulação de políticas para os grupos mais vulneráveis afete diretamente a vida desses grupos, suas vozes nem sempre são ouvidas durante a formulação e a articulação dessas políticas. Para que suas vozes sejam ouvidas, ICCO & Kerk in Actie promovem ativamente e apoiam a organização de comunidades e de redes de organizações que representam os interesses desses grupos.

Nas redes de segurança alimentar os participantes podem ser organizações de base dos próprios grupos, cooperativas de produtores, movimentos de camponeses e organizações de consumidores. O fortalecimento da capacidade e a intermediação entre esses grupos são atividades importantes nesta área.

O desenvolvimento de capacidade torna os grupos participantes capazes de reivindicar tanto seus direitos democráticos quanto a garantia de proteção legal; por exemplo, o conteúdo e a implementação adequada de uma reforma agrária ou de leis e regulamentos sobre águas, são elementos essenciais para garantir o acesso à terra e à água pelos grupos mais vulneráveis. A intermediação, sob a forma de intercâmbio, análise e sistematização de conhecimentos e experiências em base equitativa, cria oportunidades de fortalecimento da capacidade de todos os participantes das redes de segurança alimentar e levará ao desenvolvimento de novas estratégias e metodologias para uma ação mais eficiente

A transformação de conflitos por meio de redes locais fortes é importante frente à escassez crescente das fontes de produção, como a terra e a água, que acaba quase sempre gerando conflitos. A política de segurança alimentar, como tal, está diretamente ligada a outro tema central do plano de ação 2007-2010: a democratização e a construção da paz.

#### **5.3.3 Promovem o direito de todos à alimentação Governos**

(Locais) governos e outros responsáveis devem conhecer não só o direito à alimentação, mas também seus deveres em relação ao respeito, proteção e promoção do direito à alimentação. Relações de poder desequilibradas que resultam em sistemas de produção e de comercialização injustos – subsídios agrícolas e de exportação nos países ricos, 'despejos' do excesso de produção em forma de ajuda alimentar, obstáculos para a importação de produtos agrícolas dos países pobres, a produção não sustentável de ração nos países em desenvolvimento e, mais recentemente, a produção não sustentável de agrocombustíveis – são aspectos de um sistema que favorece os países ricos e prejudica a situação de produtores agrícolas (especialmente os pequenos produtores) e a segurança alimentar dos países em desenvolvimento.

Para mudar esta situação temos que criar um espaço propício que respeite, proteja e promova o direito à alimentação. A soberania alimentar é o espaço político em que os países formulam suas políticas agrícolas e alimentares. Quando essas políticas forem usadas para realizar o direito de todos à alimentação, então a soberania alimentar poderá ser considerada como esse espaço propício. A fim de conseguir a atenção crescente, em especial dos governos (locais) para a questão do direito à alimentação e da soberania alimentar, ICCO & Kerk in Actie investem na intermediação e no fortalecimento de capacidade. A participação de organizações no Sul e no Norte deverá ser intensificada. Ações de 'lobby' deverão visar a promoção do direito à alimentação. Problemas atuais que exigem atenção urgente são os acordos de comércio internacionais e regionais, a produção crescente de bioenergia e o uso de produtos alimentícios como agrocombustíveis.

## 6 Programas e recursos

### África

Na África Ocidental (a saber, Benin, Burkina Fasso e Malí), são apoiados programas focados no desenvolvimento sustentável e integrado da agricultura, na gestão de águas, na recuperação ambiental e na melhora da situação nutricional de mães e crianças.

No Corno da África (Eritreia, Etiópia), o foco é a irrigação em pequena escala, melhora da pecuária e da nutrição de mães e crianças.

Na África Austral (Madagascar, África do Sul, Malauí), a ênfase é dada a questões como o acesso a terra, a diversificação das fontes de renda e da produção agrícola de subsistência, a diversificação da base alimentar e da dieta, a propagação do uso de técnicas de irrigação de pequena escala, a melhora da produção pecuária e do seu uso, a conservação do solo e da água. Atenção especial é dada ao impacto do HIV/Aids na segurança alimentar.

Nos países em situação de pós-conflito (República Democrática do Congo, Sul do Sudão, Norte de Uganda), o foco recai primeiramente na transição da ajuda alimentar para a segurança alimentar e na melhora da segurança alimentar dos deslocados de guerra.

O plano de ação 2007-2010 reserva um montante de 22.400.000 euros para os programas de segurança alimentar na África.

### Ásia

Na Ásia, foram implementados programas de segurança alimentar na Índia, Paquistão, Bangladesh e Nepal, e estão sendo estudadas as possibilidades para programas em Myanmar e Afeganistão. Os programas apoiados incluem desenvolvimento agrícola, hortas familiares, redes e 'lobby' por direito à alimentação e a terra. No Bangladesh, a produção ecológica está sendo integrada em diversos programas. A criação de animais, galinhas e a pesca são fontes importantes de renda e de suplemento da dieta básica.

O plano de ação 2007-2010 reserva um montante de 23.900.000 euros para os programas de segurança alimentar na Ásia.

### América Latina

Na região andina, o foco é a promoção do direito à alimentação e a soberania alimentar, com forte ênfase no fortalecimento de capacidade e na sistematização das boas práticas. No Haiti, são apoiados uma rede de segurança alimentar e programas centrados na produção agrícola, conservação do solo e da água e diversificação de culturas. O plano de ação 2007-2010 reserva um montante de 4.700.000 euros para os programas de segurança alimentar na América Latina.

O fortalecimento de capacidade é um elemento importante que perpassa por todos os programas e é realizado em colaboração com assessores (externos) e por meio da sistematização das lições aprendidas na prática. Em todos os programas, as organizações parceiras são estimuladas a complementar suas experiências com as experiências de outras organizações e a estabelecer alianças de colaboração sempre e onde for possível; sinergias com programas governamentais relevantes são importantes no sentido de garantir a sustentabilidade dos resultados. No Norte, a ICCO & Kerk in Actie já participam de redes de segurança alimentar como o European Food Security Group, e o grupo de segurança alimentar, comércio e gênero, Aprodev, e colabora com organizações como Fair Food, FIAN e a Universidade Rural de Wageningen. Estão sendo tomadas iniciativas no sentido de ampliar e reforçar as relações especialmente com FIAN e com a Universidade Rural de Wageningen. A fim de obtermos um efeito multiplicador, por meio do aumento dos recursos financeiros para os programas de segurança alimentar, estamos à busca de colaboração com organizações com linhas de ação semelhantes às nossas e utilizamos também fundos disponibilizados por instituições internacionais e por agências financiadoras.

## 7 Monitoramento da execução

Para cada um dos objetivos da segurança alimentar o plano de ação para 2007-2010 fornece informações detalhadas sobre os resultados esperados e os efeitos do tema segurança alimentar. Exemplos desses resultados são:

- A disponibilidade de alimentos aumentou em 90% dos domicílios participantes.
- Pelo menos 80% das organizações parceiras nos países-foco mantêm contatos regulares com outras organizações que operam na área da segurança alimentar.
- O direito à alimentação foi/será incorporado a documentos de políticas em pelo menos quatro países.

Novos indicadores como a escala de insegurança alimentar doméstica, o quadro de diversificação da dieta doméstica e o quadro de pontos para a diversificação do sistema de produção, serão incorporados aos sistemas locais de monitoramento da segurança alimentar para medir o progresso dos programas no nível dos domicílios.

Estas são as metas concretas e os indicadores que possibilitam o monitoramento rigoroso do progresso dos programas de segurança alimentar da ICCO & Kerk in Actie.



Joseph Haydnlaan 2a  
3533 AE Utrecht  
Caixa Postal 8190  
3503 RD Utrecht  
Holanda  
**T** + 31 30 692 7811  
**F** + 31 30 692 5614  
**E** [info@icco.nl](mailto:info@icco.nl)  
**I** [www.icco.nl](http://www.icco.nl)